XXXII Encontro da ANPAD

A Pesquisa Qualitativa sob a Perspectiva da Teoria da Legitimidade: Uma Alternativa para Explicar e Predizer Políticas de Evidenciação Contábil

Autoria: José Maria Dias Filho

Resumo:

O presente trabalho examina a aplicabilidade de métodos qualitativos, sob o enfoque da Teoria da Legitimidade, na busca de explicações para políticas de evidenciação contábil. Parte-se do princípio de que a compreensão de muitos procedimentos adotados pela Contabilidade só pode ser alcançada satisfatoriamente quando se consideram diversas variáveis de natureza ambiental, como o conjunto de crenças, valores e modelos organizacionais predominantes. A pesquisa orientada por métodos qualitativos pode, inclusive, nos ajudar a compreender a Contabilidade como um mecanismo que afeta o mundo em que vivemos, as estruturas sociais, os meios de governança utilizados em determinada época, as relações entre o estado e o cidadão, a maneira pela qual se gerenciam atividades e processos no âmbito das organizações, as relações entre empregado e patrão, enfim a maneira pela qual as pessoas interagem e se administram. Isso porque é próprio do paradigma qualitativo buscar explicações para fenômenos de natureza social a partir das características ambientais e dos diversos fatores que influenciam o comportamento dos indivíduos, onde quer que eles se encontrem.

1. Introdução

Estudos revelam que, nos últimos anos, diversas empresas vêm incrementando voluntariamente o volume de evidenciações de conteúdo social e ambiental. Observa-se, inclusive, que tais evidenciações tornam-se cada vez mais complexas e menos vinculadas a padrões normativos. Gray (2002), por exemplo, constatou que relatórios corporativos de natureza social e ambiental apresentaram um aumento de pelo menos 70% no período de 1980 a 1990. Comportamento parecido se observa no Brasil, já que muitas empresas também vêm incorporando o hábito de ampliar suas evidenciações sem nenhuma exigência de caráter normativo. Um dos relatórios que se enquadram nessa categoria e que vem sendo disseminando cada vez mais em nosso meio é o chamado Balanço Social. De acordo com Toms (2002), é provável que evidenciações desse tipo surjam e se consolidem em certos ambientes com o mínimo de regulamentação. Essa tendência tem levado a comunidade científica da área contábil a investigar as razões pelas quais determinadas empresas resolvem expandir suas evidenciações sem motivações de ordem legal.

Sob o paradigma da Teoria Positiva da Contabilidade, considera-se a hipótese de que práticas de evidenciação voluntárias podem ser adotadas como estratégia para reduzir custos políticos. Porém, como teorias são abstrações da realidade, não se pode esperar que elas forneçam explicações absolutamente completas para certos comportamentos ou descrições perfeitas de alguns fenômenos. Nesse caso, é importante considerar a possibilidade de realizar investigações sob a perspectiva de teorias alternativas. Seguindo essa lógica, um dos recursos teóricos que têm sido propostos nos últimos anos como alternativa para explicar e predizer práticas de evidenciação voluntária é a Teoria da Legitimidade. Embora essa opção deva ser encarada com naturalidade, já que diferentes pesquisadores podem investigar o mesmo fenômeno com aparatos teóricos alternativos, nota-se que ainda existe uma carência de estudos sob essa perspectiva, pelo menos na área contábil. Este trabalho pretende, portanto, estimular o debate em torno da possibilidade de explicar e predizer práticas de evidenciação com o apoio da Teoria da Legitimidade.



2. Teoria da Legitimidade: breve caracterização

Derivada da Teoria dos Contratos, a Teoria da Legitimidade começa a ser utilizada na área contábil, particularmente em pesquisas que buscam explicações para a adoção de certos mecanismos de evidenciação. Essa teoria baseia-se na idéia de que existe um contrato entre as organizações e a sociedade em que elas operam edificado em função do sistema de crenças e valores vigentes. Sob esta perspectiva, as organizações estariam sempre procurando estabelecer congruência entre as suas atividades e as expectativas da sociedade. Parte-se do princípio de que elas se legitimam na medida em que conseguem alinhar suas práticas com as normas e padrões de comportamento defendidos no ambiente em que operam.

Assim, se a continuidade de uma organização depende da capacidade de atuar em sintonia com as expectativas da sociedade, é de esperar que ela se esforce para que as suas atividades sejam aceitas e percebidas como legítimas. Adeptos da Teoria da Legitimidade argumentam que uma das estratégias que as organizações utilizam para alcançar, manter ou recuperar legitimidade são as políticas de evidenciação corporativa. Trabalha-se com a hipótese de que algumas organizações tendem a ampliar seus mecanismos de evidenciação independentemente de exigências legais. Daí a idéia de que a Teoria da Legitimidade pode contribuir para explicar e predizer práticas de evidenciação no ambiente corporativo.

Suchman (1995) afirma que a legitimidade é um recurso de ordem operacional que as organizações utilizam para ganhar competitividade. Esse autor destaca que a depender do sistema de crenças e valores vigentes no ambiente em que elas atuam determinadas práticas podem contribuir para aumentar ou diminuir o grau de legitimidade, afetando a capacidade de angariar recursos para a sua sobrevivência. Consequentemente, elas tendem a se esforçar para que sejam percebidas como organizações socialmente responsáveis, completa o autor.

Seguindo o mesmo raciocínio, Hybels (1995) considera que a legitimidade não é mais do que a representação simbólica de uma avaliação coletiva que se faz da organização, mas que tem o poder de afetar o fluxo de recursos vitais à sua continuidade. Na seqüência, ele argumenta que um bom modelo de avaliação do grau de legitimidade da organização deve incluir os *stakeholders* relevantes para o sucesso das suas atividades, assim considerados aqueles que podem afetar significativamente o fluxo de recursos necessários ao cumprimento de sua missão e à sua continuidade. Em função disso, ainda segundo Hybels, as organizações tendem a considerar pelo menos as expectativas dos seguintes elementos na definição de suas políticas de evidenciação: o estado, o público, a comunidade financeira e a mídia, independentemente de exigência regulamentar. Afinal, esses atores têm potencial para esboçar iniciativas capazes de interferir na vida das organizações. Exemplo disso é o poder de regulamentar, tributar, fazer concessões, firmar contratos, fornecer recursos financeiros, favorecer o ingresso de concorrentes no mercado, inibir ou estimular a competitividade, entre outras medidas do gênero.

Patten (2002) comprovou que em muitas situações a mídia exerce um peso maior do que os demais atores sociais na escolha das estratégias de evidenciação em decorrência do poder que ela tem de influenciar o julgamento dos indivíduos. Esse autor verificou que quanto mais se atrai a atenção da mídia para certos comportamentos da organização, mais se elevam as pressões por parte do público, dos órgãos reguladores e de outros agentes que podem afetar os seus destinos. De acordo com Neu *et al.*(1998), esta é uma das razões pelas quais as empresas tentam gerenciar a sua legitimidade com apoio de mecanismos de evidenciação contábil. Em sua avaliação, empresas bem legitimadas no ambiente em que operam conseguem superar obstáculos com maior facilidade, evitam custos decorrentes do incremento de mecanismos reguladores, garantem maior regularidade no fluxo de capitais, conseguem maior apoio de empregados, clientes e outros *stakeholders*.



3. Motivações para Aplicação do Paradigma Qualitativo na Pesquisa Contábil

Tendo em vista que a pesquisa qualitativa busca a compreensão de um determinado fenômeno a partir do contexto em que ele se manifesta, considerando aspectos históricos, políticos, econômicos, culturais e institucionais, é provável que esse tipo de investigação possa nos ajudar a compreender determinadas práticas contábeis e explicar a própria evolução do conhecimento em Contabilidade. Por exemplo, o fato de não se utilizar orçamento em determinado grupo de empresas pode ter relação com as características econômicas e traços culturais predominantes na região em que elas se inserem.

Essa idéia baseia-se no fato de que a Contabilidade tende a refletir aspectos sociais, econômicos e institucionais do ambiente em que opera. Se alguém estiver interessado em compreender por que se adotava este ou aquele procedimento contábil nos primórdios dessa disciplina, certamente deverá considerar que, à época, seu papel quase se resumia à prestação de informações muito elementares acerca do patrimônio individual. Na verdade, em sua fase embrionária, a Contabilidade se limitava a simples inventários físicos de bens, visto que as operações comerciais se realizavam exclusivamente por meio de escambo. Com o surgimento da moeda e a conseqüente expansão das atividades comerciais, as práticas contábeis voltaram-se para o controle da evolução financeira de determinados empreendimentos, mesmo assim ainda de forma rudimentar.

O mesmo raciocínio se aplica aos relatórios contábeis que se produziam antes da Revolução Industrial. Se o objeto de interesse forem algumas de suas características, como o pequeno volume de informações relacionadas a depreciação de equipamentos ou o baixo nível de *accountability*, há de se considerar que até então era muito limitada a necessidade de dados sobre custos de produção e relatórios voltados para usuários externos. De fato, foi o advento do sistema fabril e da produção em massa que veio alterar esse quadro de relativa estagnação em que se encontrava o conhecimento contábil. O crescimento das atividades industriais passou a demandar grandes volumes de capital e, consequentemente, a produção de informações voltadas para novos agentes interessados na situação econômico-financeira das empresas, tais como investidores, credores e governo. A ênfase no lucro como retorno aos acionistas, distinguindo-se de um retorno ao capital do proprietário, bem como o surgimento das auditorias obrigatórias, são fenômenos que se relacionam também com a Revolução Industrial.

Percebe-se, pois, que a Contabilidade tende a seguir os passos da sociedade, procurando ajustar-se ao ambiente político, econômico, cultural e institucional, para conservar o seu caráter utilitário. A face dinâmica dessa disciplina pode ser visualizada nas seguintes palavras de HOPWOOD (1987, p.213): Accounting (...) is not a passive instrument of technical administration, a neutral means for merely revealing the pregiven aspects of organizational functioning. Instead its origins are seen to reside in the exercising of social power both within and without the organization. Daí a idéia de que a compreensão da teoria e das práticas contábeis pode ser facilitada por métodos de investigação que nos permitam situá-las no contexto em que se desenvolvem, contemplando padrões de comportamento, normas, crenças e valores predominantes em determinado sistema.

Sob o ponto de vista institucional, também verifica-se que a compreensão de certos fenômenos contábeis pode se beneficiar da pesquisa orientada por métodos qualitativos. Assumindo que muitas organizações procuram incorporar práticas e elementos estruturais que sejam percebidos como racionais no ambiente em que operam, a escolha de procedimentos e políticas contábeis pode está fortemente vinculada ao sistema de crenças e valores nele prevalecentes. Identificá-las, portanto, pode ser o melhor caminho para se compreender por que uma empresa prefere certo procedimento contábil a outro que, a princípio, aparenta ser mais adequado sob o prisma puramente técnico. A necessidade de se legitimar perante elementos que lhe dão suporte pode levar a organização a optar por práticas contábeis que



mais se aproximem de uma racionalidade socialmente construída do que propriamente de seus modelos decisórios. COOPER et al. (1981), por exemplo, consideram que as organizações aderem a certas práticas contábeis não propriamente porque elas habilitem os gestores a escolher as melhores alternativas de decisão, mas porque são percebidas no ambiente em que atuam como algo necessário ao bom desenvolvimento de suas atividades.

Como se observa, a idéia de que a pesquisa qualitativa pode contribuir para explicar a prática contábil, especialmente no que se refere ao significado de conceitos, características dos sistemas de informações e outros fatores do gênero, deve-se ao fato de que a Contabilidade não é um simples mecanismo técnico destinado apenas a identificar e mensurar eventos econômicos. Pelo contrário, trata-se de um instrumento engajado na vida da sociedade, que gera conseqüências para os seus componentes. Assim, a preferência por determinado método de mensuração de resultados pode ser motivada pelos efeitos que ele exercerá sobre direitos e deveres de acionistas, empregados, governo, unidades familiares, administradores etc. Transferência de fluxos de capitais, alteração de políticas de juros, reconfiguração de processos produtivos, contratações, demissões, fusões, sisões e formação de parcerias são alguns dos eventos que poderão encontrar justificativa em dados contábeis.

4. Ampliando a Compreensão dos Objetivos da Pesquisa Qualitativa

Em sentido lato, a pesquisa tem por finalidade identificar repostas para determinadas questões mediante a aplicação de métodos científicos, sejam eles qualitativos ou quantitativos. De acordo com Trujillo (2001) o objetivo fundamental da pesquisa é tentar conhecer e explicar os fenômenos que ocorrem no mundo existencial, procurando descobrir como eles operam, qual a sua função e estrutura, por que e como se manifestam e até que ponto podem ser controlados. De forma semelhante, Selltiz et al. (1999) afirmam que um dos propósitos da pesquisa é proporcionar maior familiaridade em relação a determinado fenômeno, visando, inclusive, ao desenvolvimento de hipóteses ou à formulação de um problema mais preciso.

Quando o fenômeno em estudo é complexo, de natureza social e não tende à quantificação, os métodos qualitativos tornam-se mais apropriados, principalmente se o entendimento do contexto sociocultural assumir grande significado para a pesquisa. Nesse caso, o objetivo básico da investigação científica é descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, colaborar no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior grau de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

Ao contrário da pesquisa de natureza quantitativa, a qualitativa não procura enumerar ou quantificar os eventos estudados nem se baseia em instrumental estatístico para efetuar a análise de dados. Como bem salienta Glazier (1992), esse tipo de pesquisa não é um conjunto de procedimentos que dependem fortemente de análise estatística para suas inferências ou de outros métodos quantitativos para a coleta de dados. De acordo com Godoy (1995, p.58), a pesquisa qualitativa parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Geralmente implica a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos mediante contato direto do pesquisador com a situação estudada. Com isso, busca-se a compreensão dos fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos que participam da situação em estudo.

Como se observa, a pesquisa qualitativa fundamenta-se na idéia de que um fenômeno pode ser melhor compreendido quando examinado no contexto em que ocorre e do qual faz parte. Para apreciá-lo de forma integrada, o pesquisador deve mergulhar na realidade, procurando interpretá-la a partir da perspectiva das pessoas nela envolvidas. A opção por essa modalidade de investigação deriva do tipo de problema a ser examinado e dos objetivos que se pretende alcançar. Entre as circunstâncias que geralmente ensejam o uso de métodos



qualitativos destacam-se: quando se lida com problemas pouco explorados; quando o estudo é de caráter descritivo e o que se busca é a compreensão do fenômeno em toda a sua complexidade; e ainda quando se faz necessário compreender aspectos psicológicos, fatos do passado, características de grupos dos quais se dispõe pouca informação, estruturas sociais, atitudes individuais, motivações, expectativas, valores, opiniões etc. Reis (1994, p.11) sintetiza estas situações, explicando que do ponto de vista teórico a opção pelo método qualitativo se justifica quando:

- a) o pesquisador dispõe de pouca informação a respeito do assunto a ser pesquisado, tornando-se necessário explorar o conhecimento que as pessoas têm em função de sua experiência ou até mesmo do senso comum;
- b) quando o fenômeno específico a ser estudado só pode ser captado através da observação ou quando o objeto da investigação é o funcionamento de uma estrutura social que exige conhecimento de um processo etc.
- c) quando procuramos explorar aspectos psicológicos cujos dados não podem ser coletados adequadamente através de outra metodologia, em função de sua complexidade.

Cabe considerar, entretanto, que a pesquisa qualitativa se define como tal não apenas por seu objeto de estudo ou por sua finalidade, mas principalmente pela forma como esse objeto é estudado. Esse aspecto é muito bem evidenciado por Kirk e Miller (1986, p.9), nos seguintes termos: "tecnicamente uma observação qualitativa identifica a presença ou ausência de alguma coisa, enquanto que a observação quantitativa envolve o grau com que isto está presente". Nessa mesma linha de raciocínio, Gordon e Langmaid (1990) destacam: "...a pesquisa qualitativa tem como preocupação central a compreensão das coisas, em vez de sua medição".

5. Características da Pesquisa Qualitativa: Uma Visão Geral

Entre as diversas tentativas de caracterização do paradigma qualitativo, considera-se que a de Patton (1986) é a que mais se aproxima da realidade, pois se assenta na idéia de que a principal característica da pesquisa em apreço é sua aderência à tradição compreensiva ou interpretativa. Parte-se do princípio de que as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores e que, por isso mesmo, o seu comportamento tem sempre um significado que não se revela imediatamente. Dentre os elementos mais citados na literatura corrente para tipificar a pesquisa qualitativa, destacam-se:

a) a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento.

Isso significa que a investigação de natureza qualitativa exige o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo analisada. Estudos desse tipo têm como preocupação fundamental a análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Por exemplo, se a situação que está sendo examinada é o comportamento dos usuários das informações contábeis frente a determinadas decisões de ordem econômica, o pesquisador deverá observar o maior número de casos em que este ou aquele comportamento se manifesta.

Tendo em vista que os problemas são estudados no ambiente em que eles ocorrem naturalmente, sem qualquer manipulação intencional do pesquisador, esse tipo de estudo tem sido classificado também como "naturalístico". Argumenta-se que o pesquisador realmente deve se manter em contato estreito e direto com a situação onde os fenômenos se manifestam naturalmente porque estes são muito influenciados pelo seu contexto. Parte-se do pressuposto de que as circunstâncias particulares em que cada fenômeno ocorre são essenciais à sua compreensão. As pessoas, os gestos, a cultura, as palavras estudas e outros elementos igualmente relevantes devem ser considerados frente ao contexto de que fazem parte. Por isso,



geralmente afirma-se que o pesquisador deve se comportar como o instrumento mais confiável de observação, seleção, análise e interpretação dos dados coletados.

a) a pesquisa qualitativa é descritiva

Nesse tipo de pesquisa, os dados coletados são ricos em descrição de pessoas, situações, fatos históricos, comportamentos, atitudes etc. O material coletado normalmente inclui transcrições de entrevistas e depoimentos, fotografias, desenhos e extratos de vários tipos de documentos. Segundo Triviños (1987, p.128), quando a investigação se baseia na fenomenologia, ela assume caráter essencialmente descritivo. Esse autor explica que como as descrições dos fenômenos estão impregnadas dos significados que o ambiente lhes atribui, e como elas são produto de uma visão subjetiva, evita-se qualquer expressão quantitativa, numérica, ou seja, todo tipo de mensuração. Isto significa que a interpretação dos resultados deve se basear na percepção de um fenômeno inserido em determinado contexto.

No mesmo trabalho, Triviños acrescenta que a pesquisa qualitativa de natureza histórico-estrutural, dialética, parte também da descrição que intenta captar não apenas a aparência do fenômeno, mas também a sua essência. Busca-se identificar as causas de sua existência, procurando explicar sua origem, suas relações, suas conseqüências para a vida humana etc. O interesse do pesquisador, nesse caso, está em verificar como determinado fenômeno se manifesta nas atividades, procedimentos e interações diárias, considerando-se o quadro de referências dentro do qual os indivíduos atuam e dão significado ao mundo.

c) a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto

Comentando essa característica, Lüdke e André (2001, p.12) explicam que o interesse do pesquisador ao investigar um determinado problema é principalmente o de verificar como ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas. A título de exemplo, citam-se estudos desenvolvidos por Kramer e André (1984) que demonstraram como as medidas disciplinares de sala de aula serviam ao propósito de organização para o trabalho e como esse fato interferia no "clima" de sala e no envolvimento das crianças nas tarefas propostas. Uma das características da pesquisa qualitativa é, portanto, compreender a complexidade do cotidiano das pessoas, tendo em vista determinado contexto.

Triviños (1987, p.128) procura reforçar esse aspecto, afirmando que a pesquisa qualitativa dedicada à investigação histórico-estrutural considera o fenômeno não apenas em sua manifestação aparente, mas penetra em sua estrutura íntima, latente, inclusive não visível à simples observação. Busca-se descobrir suas relações e avançar no conhecimento de seus aspectos evolutivos, procurando identificar as forças decisivas que explicam o seu desenrolar.

d) o significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa

Na pesquisa qualitativa, o significado que os indivíduos atribuem às coisas e à sua própria vida é foco de atenção especial do pesquisador. Busca-se compreender os fenômenos que estão sendo estudados a partir da perspectiva dos participantes. Assim, a maneira como os indivíduos encaram as questões que estão sendo focalizadas assume grande importância na análise qualitativa.

Lüdke e André (2001, p. 12) acrescentam que, na medida em que se consideram os diferentes pontos de vista dos participantes, os estudos qualitativos permitem iluminar o dinamismo interno das situações, muitas vezes inacessível ao observador externo. Salientase, contudo, que o pesquisador deve se assegurar de que realmente conseguiu captar o ponto de vista dos participantes. Para tanto, ele deve avaliar suas percepções, procurando discuti-las abertamente com os participantes ou confrontando-as com as de outros pesquisadores.

Assim, verifica-se que a pesquisa qualitativa procura interpretar os fenômenos de forma profunda, visualizando os indivíduos dentro de um quadro amplo e considerando principalmente suas dimensões cultural, social e histórica.

e) a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo



Em estudos de cunho qualitativo, o pesquisador não parte de hipóteses estabelecidas a priori, ou seja, não se preocupa em buscar evidências que comprovem ou neguem suposições iniciais. Pelo contrário, tudo começa com questões ou focos de interesse amplos, que vão se tornando mais diretos e específicos no transcorrer da investigação, conforme explicações de Lüdke e André (2001, p. 13). Destaca-se ainda que as abstrações se formam a partir da análise dos dados, num processo de baixo para cima.

Na pesquisa qualitativa, principalmente, a interpretação dos fenômenos não é um ato autônomo, isolado. Pelo contrário, trata-se de uma atividade complexa que consiste na leitura de acontecimentos situados numa dimensão espaço-temporal. Assim, o pesquisador de orientação qualitativa interpreta com o auxílio dos outros (sujeitos pesquisados, escritores, pessoas com as quais convive, referências culturais, políticas etc.) e os significados vão sendo construídos por meio das interações diárias. Como destacam alguns autores, o olhar qualitativo é típico de investigadores cujas estratégias de pesquisa privilegiam a compreensão do sentido dos fenômenos sociais para além de sua explicação em termos de causa-efeito.

Do exposto, verifica-se que os estudos qualitativos se caracterizam basicamente pelos seguintes aspectos: são realizados numa situação natural; são ricos em dados descritivos, obtidos em contato direto do pesquisador com a situação estudada; enfatizam mais o processo do que o produto; preocupam-se em retratar a perspectiva dos participantes; têm um plano aberto e flexível e focalizam a realidade de forma complexa e contextualizada. Além disso, quanto aos objetivos vimos que eles procuram, principalmente: descrever a complexidade de um problema, através de dados profundos e reais; analisar um processo de interação entre certas variáveis; compreender processos dinâmicos, visando a classificá-los; e compreender particularidades do comportamento dos indivíduos e poder analisá-las.

8. Conclusões

Partindo do princípio de que a compreensão das práticas contábeis exige que se considerem diversos elementos vinculados ao contexto em que elas se manifestam, tais como fatores de ordem política, cultural, social e institucional, o presente trabalho procurou mostrar que a pesquisa em Contabilidade pode se beneficiar de métodos qualitativos. De fato, se considerarmos que em ciências sociais não se pode formular nenhuma explicação satisfatória ignorando-se o contexto em que os fatos ocorrem, há de se concluir que muitos fenômenos contábeis só podem ser explicados adequadamente com o apoio de métodos que considerem fatores de ordem ambiental. Por exemplo, a compreensão das características de determinado sistema contábil pode depender da análise do conjunto de crenças, valores e modelos organizacionais que predominam em certo ambiente. Afinal, as práticas contábeis não resultam de princípios imutáveis ou de leis que se encontram fora do controle humano, mas tendem a refletir um conjunto de interesses dos elementos que dela se servem.

A pesquisa orientada por métodos qualitativos pode, inclusive, nos ajudar a compreender a Contabilidade como um mecanismo que afeta o mundo em que vivemos, as estruturas sociais, os meios de governança utilizados em determinada época, as relações entre o estado e o cidadão, a maneira pela qual se gerenciam atividades e processos no âmbito das organizações, as relações entre empregado e patrão, enfim a maneira pela qual as pessoas interagem e se administram. Isso porque é próprio do paradigma qualitativo buscar explicações para fenômenos de natureza social a partir das características ambientais e dos diversos fatores que influenciam o comportamento dos indivíduos, onde quer que eles se encontrem.

Por fim, desejamos salientar que não tivemos nenhuma intenção de estabelecer uma visão dicotômica entre métodos qualitativos e quantitativos. Pelo contrário, entendemos que hoje o pensamento predominante é o de que os limites da pesquisa qualitativa podem ser contrabalançados pelo alcance da quantitativa e vice-versa. Sob essa perspectiva, os dois



métodos já não são percebidos como opostos, mas sim como complementares. Ademais, há de se considerar que mesmo na pesquisa quantitativa, muitas vezes tão reverenciada como paradigma de representatividade, a subjetividade está presente. Afinal de contas, na escolha do tema a ser explorado, dos indivíduos a serem entrevistados, no roteiro de perguntas, na bibliografia consultada e na análise do material coletado, existe um autor, um sujeito que decide os passos a serem dados, como bem observam diversos autores.

9. Referências

CASSEL, Catherine, SYMON, Gillian. Qualitative research in work contexts. In *Qualitative methods in organizational research: A pratical guide*. London: Sage Publications, 1994.

CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

COOPER, D. et al. Accounting in Organized Anarchies: Understanding and Designing Accounting Systems. *Accounting, Organizations and Society;* 1981, 6(3):175-91

DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DIMAGGIO, Paul J. e POWELL, Walter W. The New Institutionalism in Organizational Analysis. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

DUFFY, Mary E. Methodological triangulation: a vehicle for merging quantitative and qualitative research methods. *Journal of Nursing Scholarship*, 19 (3), 1987.

FIRESTONE, W. A., DAWSON, J. A. To ethnographic or not to ethnographic? Varieties of qualitative research in education. *Research for Better Schools*. Philadelphia, Pen., 1981.

FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Trad. de Lígia M. Pondé Vassallo. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

GLAZIER, Jack D., POWELL, Ronald R. *Qualitative research in information management*. Englewood, CO: Libraries Unlimited, 1992.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 38, n.1, jan./mar. 1995.

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 5. ed. São Paulo: Record, 2001.

GOODE, William J., HATT, Paul K. Métodos em pesquisa social. São Paulo: Nacional, 1968.

GORDON, W., LANGMAID, R. Qualitative market research: a practioner's and buyer's guide. London: Gower, 1990.

HENDRIKSEN, Eldon S., BREDA, Michael F. Van. Teoria da Contabilidade. Trad. de Antônio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.

HOPWOOD, A. G. The archaeology of accounting systems. Accounting, Organizations and Society, V. 12, n. 3, 1987.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da contabilidade. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

KIRK. J., MILLER, M. L. *Reliability and validity of qualitative research*. Sage University Paper, Qualitative Research Methods Series, vol.1, Beverly Hills, CA: Sage, 1986.

KRIPPENDDORFF, K. Content analysis. Beverly Hills, Ca. SAGAE, 1980

LOFT, Anne. Accountancy and the first world war. In: HOPWOOD, Anthony G. e MILLER, Peter. Accounting as Social and Institutional Practice. New York: Cambridge University Press, 1994.

LOPES, Alexandro Broedel. A informação contábil e o mercado de capitais. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MARTINS, Gilberto de Andrade. *Manual para elaboração de monografias e dissertações*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

MOREIRA, Daniel Augusto. *O método fenomenológico na pesquisa*. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.



MORSE, J. Approaches to qualitative-quantitative methodological triangulation. *Nursing Research*, 40 (1), 1991, p. 120-132.

NAKAGAWA, Masayuki. ABC – Custeio baseado em atividades. São Paulo: Atlas,1994.

OLIVEIRA, Sílvio Luiz de. *Tratado de metodologia científica*. 2. ed. São Paulo: Thomson Pioneira, 2002.

PATTON, , M. Q. Qualitative evaluation. Beverly Hills, Ca., SAGE, 1980.

REIS, Ana Helena Martins de Andrade Meirelles. *Pesquisa qualitativa em marketing: uma visão crítica a respeito da utilização desta metodologia no Brasil, a partir do testemunho de clientes e usuários de São Paulo*. Dissertação de Mestrado apresentada à FEA/USP. São Paulo, 1994.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SELLTIZ, C. et al. Métodos de pesquisa nas relações sociais. São Paulo: Herder, 1999.

THEÓPHILO, Carlos Renato. *Uma abordagem epistemológica da pesquisa em Contabilidade*. Dissertação (Mestrado) apresentada à FEA/USP, São Paulo, 2000.

TRUJILLO FERRARI, Afonson. *Metodologia da ciência*. 3. ed. Rio de Janeiro, Kennedy, 2001.

WILSON, S. The use of ethnographic techniques in education research. *Review of Educational Research*, 47:245-265, 1977.

WOLCOTT, H. W. Criteria for na ethnographic approach to research in education. Human Organization, 34:111-128, 1975.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Trad. Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.